



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade responsável: Secretaria Municipal de Saúde

Processo Administrativo nº 071/2026

Inexigibilidade nº 017/2026

Credenciamento nº 004/2026

1. OBJETO (art. 41, I do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

1.1. O objeto do presente termo de referência é o credenciamento de profissionais médicos especializados em psiquiatria, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) e com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), para prestação de serviços consistentes na realização de consultas médicas, de acordo com o descritivo e quantitativo abaixo indicado:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONSULTA MÉDICA EM PSQUIATRIA (PROFISSIONAL COM RQE).	CONSULTAS	2.400	R\$ 200,12	R\$ 480.288,00

1.2. O valor de referência mensal estimado é de R\$ 40.024,00 (quarenta mil e vinte e quatro reais).

1.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 480.288,00 (quatrocentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e oito reais).

1.4. O item objeto deste Termo de Referência é caracterizado como serviço comum de natureza continuada, conforme constante no Decreto Municipal nº 5.826, de 27 de setembro de 2023 e justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, cuja descrição da solução como um todo restou demonstrada para a presente necessidade.

1.5. A pesquisa de preços encontra-se anexa ao presente Termo de Referência.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 41, II do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Nº 012/2026, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação se fundamenta na necessidade de suprir a insuficiência de atendimento médico especializado em psiquiatria na rede municipal de saúde, diante da crescente demanda por serviços de saúde mental e da ausência de profissionais disponíveis para atendimento no Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

2.3. Ressalta-se que tentativas de provimento do cargo por meio de concurso público e processo seletivo não obtiveram êxito, evidenciando a dificuldade de fixação de profissionais na especialidade, o que justifica a adoção de modelo alternativo de contratação.

2.4. O quantitativo estimado foi definido com base na demanda existente, nos encaminhamentos realizados pelas unidades de saúde e na necessidade de garantir atendimento contínuo e adequado à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 41, §1º, I do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

3.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a oferta de atendimento médico especializado em psiquiatria à população, assegurando a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços de saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2. A necessidade decorre da insuficiência da capacidade assistencial da rede municipal de saúde para atendimento da demanda por serviços especializados em saúde mental, especialmente diante da ausência de profissionais disponíveis para provimento do cargo por meio de concurso público ou processo seletivo.

3.3. Tal cenário tem ocasionado aumento da demanda reprimida, sobrecarga das unidades de atenção básica e dificuldades no acompanhamento adequado de pacientes com transtornos mentais, especialmente aqueles em uso de medicamentos psicotrópicos que exigem monitoramento especializado.

3.4. Dessa forma, a contratação visa ampliar a oferta de consultas especializadas, reduzir encaminhamentos para outros municípios e fortalecer a rede municipal de saúde, garantindo maior resolutividade no atendimento aos usuários.).

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local e horário da prestação dos serviços (art. 41, V do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

4.1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Rua Coronel João Evangelista dos Anjos, nº 115, Centro, no Município de Monte Belo/MG.

4.2. Os atendimentos ocorrerão em dias úteis, no horário compreendido entre 07h00 e 16h00, sendo os dias e horários específicos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a organização da agenda e a demanda existente.

Condições de execução

4.3. A execução do objeto seguirá as seguintes diretrizes:

4.3.1. Os serviços terão início após a assinatura do contrato e o recebimento da autorização de prestação dos serviços, conforme planejamento definido entre o prestador e a Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

4.3.2. A prestação dos serviços não seguirá cronograma fixo previamente estabelecido, sendo realizada conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

4.3.3. Os atendimentos serão organizados por meio de agendamento prévio, considerando a necessidade do serviço, a disponibilidade dos profissionais credenciados e o planejamento da Secretaria, garantindo a continuidade e regularidade da assistência à população.

Rotinas a serem cumpridas

4.4. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá realizar os atendimentos médicos especializados em psiquiatria, observando as boas práticas médicas, os protocolos clínicos e as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo qualidade, segurança e humanização no atendimento aos pacientes.

4.5. Os serviços deverão compreender, no mínimo:

- realização de consultas médicas em psiquiatria, com avaliação clínica adequada;
- elaboração de diagnóstico e definição de conduta terapêutica;
- prescrição de medicamentos, quando necessário, conforme normas vigentes;
- acompanhamento clínico dos pacientes, com indicação de retornos;
- registro dos atendimentos em prontuário físico ou eletrônico;
- encaminhamento para outros níveis de atenção, quando necessário, conforme fluxos da rede municipal de saúde.

Critérios de seleção e escolha dos prestadores

4.6. A seleção dos prestadores será realizada por meio de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o modelo de seleção a critério de terceiros, no qual a escolha do profissional será realizada pelo próprio usuário do serviço.

4.7. Os atendimentos serão realizados mediante livre escolha do paciente, no momento do agendamento, dentre os profissionais devidamente credenciados e disponíveis para atendimento.

4.8. Para viabilizar a adequada execução dos serviços, cada profissional credenciado deverá informar previamente à Secretaria Municipal de Saúde sua disponibilidade mensal de atendimentos, indicando o quantitativo máximo de consultas que poderá realizar no período.

4.9. Uma vez atingido o limite de atendimentos informados pelo profissional, novos agendamentos não serão direcionados ao respectivo prestador, sendo o paciente orientado quanto à disponibilidade dos demais credenciados.

4.10. Caso o paciente opte por aguardar atendimento com profissional que já tenha atingido seu limite mensal, o agendamento poderá ser realizado para período posterior, conforme disponibilidade futura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

Recebimento (art. 41, I, c do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

4.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta prestação dos serviços.

4.15. O aceite do objeto pelo setor competente, não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente.

4.16. Não será definitivamente recebido e consequentemente será colocado à disposição da contratada, o objeto que não for compatível com as características exigidas neste Termo de Referência, ou ainda, que apresente qualquer avaria e/ou defeito.

4.17. A contratada arcará com todos os custos referentes a prestação dos serviços, inclusive o transporte dos objetos até as dependências da contratante.

4.18. Deverão ser respeitadas as restrições de horários de atendimento da contratante.

Preposto

4.19. A contratada designará formalmente um preposto da empresa, antes do início da execução dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 41, IV do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

5.1. A contratada deverá executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência, bem como o apresentado na proposta, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da contratante para alteração nas condições de execução.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO (art. 122, § 2º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021)

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 41, VI do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

7.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 41, VI do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme previsto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da execução dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

9. DO PAGAMENTO (art. 41, VII do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

Prazo de pagamento

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias do mês subsequente**, contados da finalização da liquidação da despesa, que dependerá do recebimento da nota fiscal.

9.2. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, sob pena de serem retidos os pagamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

9.3. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao PNCP para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.4. Em caso de irregularidade fiscal o pagamento não será realizado.

9.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Forma de pagamento

9.7. O recebimento será através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 41, I, a do Decreto Municipal nº 5.822 de 27 de setembro de 2023)

10.1. Nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se trata de serviço de natureza continuada, a contratação poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja interesse da Administração e comprovada a vantajosidade.

11. REAJUSTE (art. 132 do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Em caso de prorrogação do contrato, será reajustada a contratação aplicando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor- IBGE pelo período acumulado.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 41, VIII do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

12.1. A presente contratação será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição. Para operacionalização da contratação, será adotado o procedimento auxiliar de credenciamento, conforme previsto no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1. Quanto à escolha da solução, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o procedimento de credenciamento admite diferentes critérios de operacionalização, cabendo à Administração Pública eleger aquele que melhor se adeque à natureza do objeto e à dinâmica da demanda a ser atendida. No presente caso, considerando as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

características dos serviços de saúde a serem contratados, a experiência administrativa do Município e o perfil da demanda assistencial, entende-se mais adequada a adoção do credenciamento com seleção a critério de terceiros, previsto no inciso II do referido artigo.

12.1.2. A escolha desse modelo decorre do fato de que os serviços objeto da contratação possuem como beneficiários diretos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo viável que a seleção do profissional ou clínica credenciada seja realizada pelo próprio paciente, no momento do agendamento, respeitados os limites de quantitativo e disponibilidade previamente definidos. A possibilidade de escolha pelo usuário prioriza a natureza dos serviços de saúde, nos quais a relação de confiança, histórico de atendimento e continuidade de tratamento são fatores que influenciam diretamente a qualidade percebida e a adesão ao tratamento pelos pacientes.

12.1.3. Para garantir a viabilidade desse modelo, deverá ser considerada que haja definição prévia da disponibilidade mensal de cada profissional ou clínica credenciada, tendo em vista que muitos prestadores mantêm vínculos simultâneos em outros serviços públicos ou privados. Dessa forma, cada credenciado informará previamente o número máximo de atendimentos que poderá realizar no período. Uma vez atingido esse limite, novos agendamentos deixarão de ser direcionados ao referido prestador, passando os pacientes a ser orientados quanto à disponibilidade dos demais credenciados. Caso o paciente, ainda assim, opte por aguardar atendimento com o prestador que já tenha alcançado o limite máximo estabelecido, o respectivo agendamento ficará condicionado ao mês subsequente. Tal dinâmica assegura compatibilidade entre a livre escolha do usuário, a capacidade de execução dos serviços pelos credenciados e o planejamento orçamentário do Município.

12.1.4. Para fins de transparência e ciência, o paciente deverá assinar documento ou formulário específico no ato do agendamento, declarando estar ciente da escolha do prestador. Nos casos em que o agendamento for realizado por telefone, caberá ao agendador registrar no referido formulário que a manifestação de ciência do paciente ocorreu por essa via, garantindo assim a devida formalização da marcação.

12.1.5. Dessa forma, a solução mais vantajosa definida pela Administração consiste na adoção do credenciamento com base no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com seleção dos fornecedores à critério de terceiros, revelando-se compatível com a natureza dos serviços, com a experiência do Município na gestão da demanda assistencial e com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público, constituindo solução adequada e eficaz para a necessidade identificada.

12.2. O credenciamento será realizado de forma aberta, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, não havendo disputa competitiva entre os participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

12.3. Nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, será adotado o modelo de seleção a critério de terceiros, no qual a escolha do prestador será realizada pelo próprio usuário do serviço, no momento do agendamento.

12.4. Condições prévias ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar:

12.4.1. O Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na licitação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU;
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- b) Cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>
- c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;
<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>
- d) Cadastro Nacional de Condenações civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
https://cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form

12.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.8. O Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, relativos aos níveis:

PESSOA JURÍDICA:

12.8.1. Nível I – Credenciamento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

12.8.2. Inscrição Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

12.8.3. CPF do(s) dirigente(es), sócio(s).

12.8.4. Nível II – Habilitação Jurídica:

12.8.5. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedades estrangeiras que não funcionem no país devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.8.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8.7. Dados do(s) dirigente(es), sócio(s): cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

12.8.8. Nível III - Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista:

12.8.9. Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN:

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

12.8.10. Comprovante de Regularidade do FGTS:

12.8.11. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

12.8.12. Comprovante de Regularidade perante a Justiça do Trabalho:

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

12.8.13. Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

12.8.14. Comprovante de Regularidade com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

12.8.15. Comprovante de Regularidade com a Fazenda Municipal;

12.8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.10. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora da licitação, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para efeito de contratação (emissão de empenho) ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

12.12.1. Nível V - Qualificação Técnica:

12.12.2. Comprovação de registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM), na unidade federativa de atuação ou com visto para exercício profissional no Estado de Minas Gerais;

12.12.3. Comprovação de especialização em psiquiatria, mediante apresentação de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente registrado no CRM;

12.12.4. Indicação do profissional que irá prestar o serviços, bem como a comprovação do vínculo entre ele e a empresa, através de contrato de prestação de serviços, registro de trabalho (CLT) ou equivalente.

12.12.5. Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira:

12.12.6. Comprovante de Regularidade de Pedido de Falência e Concordata expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.12.7. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante, sendo que esta somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

12.12.8. Certidão Negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (se admitida a sua participação na licitação) ou de sociedade simples;

12.12.9. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

12.12.10. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

12.12.11. As microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores individuais, optantes pelo regime tributário Simples Nacional, poderão apresentar em



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

substituição ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, Declaração do Imposto de Renda da pessoa jurídica, referente aos últimos 2 (dois) anos, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último ano. A declaração de imposto de renda de pessoa jurídica deverá trazer a assinatura do contador da empresa, a indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.

12.12.12. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

12.12.13. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12.14. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Credenciamento, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

12.12.15. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

PESSOA FÍSICA:

12.12.16. Nível I – Credenciamento:

12.12.17. Inscrição: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;

12.12.18. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.12.19. Comprovante de quitação eleitoral;

12.12.20. Comprovante de residência.

12.12.21. Nível II - Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista:

12.12.22. Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN;

12.12.23. Comprovante de Regularidade do FGTS;

12.12.24. Comprovante de Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

12.12.25. Nível III - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

12.12.26. Comprovante de Regularidade com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

12.12.27. Comprovante de Regularidade com a Fazenda Municipal;

12.12.28. Nível IV - Qualificação Técnica:

12.12.29. Comprovação de registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM), na unidade federativa de atuação ou com visto para exercício profissional no Estado de Minas Gerais;

12.12.30. Comprovação de especialização em psiquiatria, mediante apresentação de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente registrado no CRM;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

12.12.31. Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira:

12.12.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (se admitida a sua participação na licitação) ou de sociedade simples.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 41, IX do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 480.288,00 (quatrocentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e oito reais), conforme custos unitários constantes neste Termo de Referência.

11.2. A estimativa de custo foi realizada com base em levantamento de mercado junto a contratações similares realizadas por outros entes públicos, especialmente no que se refere à prestação de serviços médicos especializados em psiquiatria, adotando-se como parâmetro valores praticados em contratos vigentes.

11.3. Foram analisadas contratações públicas obtidas por meio de consultas a portais oficiais e instrumentos contratuais disponíveis, conforme demonstrado abaixo:

ÓRGÃO	INSTRUMENTO	VALOR (R\$)
Prefeitura Municipal de Lagoa Seca/PB	Contrato nº 268/2025	R\$ 180,00
Prefeitura Municipal de Nova Mutum/MT	Contrato nº 044/2026	R\$ 225,59
Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC	Contrato nº 023/2026	R\$ 200,00
Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul/RS	Contrato nº 070/2026	R\$ 194,90

11.4. A partir dos dados coletados, foi realizada a média aritmética simples dos valores identificados, resultando no valor unitário de referência de R\$ 200,12 (duzentos reais e doze centavos) por consulta.

11.5. A memória de cálculo utilizada foi a seguinte:

$$(R\$ 180,00 + R\$ 225,59 + R\$ 200,00 + R\$ 194,90) \div 4 = R\$ 200,12$$

11.6. O valor estimado mensal da contratação corresponde a R\$ 40.024,00 (quarenta mil e vinte e quatro reais), considerando a realização de 200 (duzentas) consultas mensais.

11.7. O valor estimado anual corresponde a R\$ 480.288,00 (quatrocentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e oito reais), considerando a realização de 2.400 (duas mil e quatrocentas) consultas ao longo de 12 (doze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

11.8. As referências obtidas demonstram relativa uniformidade nos valores praticados no mercado para serviços médicos especializados em psiquiatria, evidenciando a existência de parâmetros consistentes que permitem a definição de valor compatível com a realidade de mercado.

11.9. Ressalta-se que o valor definido contempla todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo encargos, tributos, despesas operacionais e demais custos indiretos, não sendo devidos pagamentos adicionais a qualquer título.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 41, X do Decreto Municipal nº 5.822, de 27 de setembro de 2023)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICHA 283: 02 05 02 10 302 0017 2.131 3390.39.00

12.3. Eventual dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS SANÇÕES (art. 3º do Decreto Municipal nº 5.827 de 27 de setembro de 2023)

15.1. São aplicáveis as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Monte Belo, pelo prazo de até 03 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

15.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e a declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.3. A penalidade de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses, de acordo com o art. 6º do Decreto Municipal Nº 5.827/2023:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

15.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras, de acordo com o art. 7º do Decreto Municipal Nº 5.827/2023:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

I - Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o procedimento licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade Credenciamento, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações;
- h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- i) outras situações de natureza correlatas.

IV - Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração Pública Municipal, os documentos exigidos na legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI ou uniformes, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo órgão contratante;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada;
- p) outras situações de natureza correlata.

V - Multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

15.5. Nos termos do art. 8º, § 5º do Decreto Municipal Nº 5.827/2023, a aplicação das multas não exclui a obrigação de reparação integral de eventual dano causado ao órgão contratante.

15.6. A **sanção de impedimento de licitar e contratar**, de acordo com o art. 11 do Decreto Municipal Nº 5.827/2023, será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e nos seguintes casos, quando:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para a licitação;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) outras situações de natureza correlatas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

15.7. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, de acordo com o art. 12 do Decreto Municipal Nº 5.827/2023, será aplicada àquele que:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a licitação ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f)** outras situações de natureza correlata.

15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada.

15.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

Monte Belo – Minas Gerais, 23 de abril de 2026.

Vanesse Aparecida da Silva Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde